

# Construindo Pontes

extensão universitária e acessibilidade  
na UFSCar

Ariane Godoi Delbone

Leonardo Santos Amâncio Cabral



Construindo pontes:  
extensão universitária e  
acessibilidade na UFSCar



## UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

### Reitora

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

### Vice-Reitora

Maria de Jesus Dutra dos Reis



EDESP-UFSCar

## EDESP - Editora de Educação e Acessibilidade da UFSCar

### Diretor

Nassim Chamel Elias

### Editores executivos

Adriana Garcia Gonçalves

Clarissa Bengtson

Douglas Pino

Rosimeire Maria Orlando

### Conselho editorial

Adriana Garcia Gonçalves (UFSCar)

Carolina Severino Lopes da Costa (UFSCar)

Clarissa Bengtson (UFSCar)

Christianne Thatiana Ramos de Souza (UFPA)

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Cristina Cinto Araújo Pedroso (USP)

Gerusa Ferreira Lourenço (UFSCar)

Jacyene Melo de Oliveira Araújo (UFRN)

Jáima Pinheiro de Oliveira (UFMG)

Juliane Ap. De Paula Perez Campos (UFSCar)

Marcia Duarte Galvani (UFSCar)

Maria Josep Jarque (Universidad de Barcelona)

Mariana Cristina Pedrino (UFSCar)

Nassim Chamel Elias (UFSCar) - Presidente

Otávio Santos Costa (UFMA)

Rosimeire Maria Orlando (UFSCar)

Valéria Peres Asnis (UFU)

Vanessa Cristina Paulino (UFSM)

Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)



Este livro possui audiodescrição de imagens

# Construindo pontes: extensão universitária e acessibilidade na UFSCar

Ariane Godoi Delbone  
Leonardo Santos Amâncio Cabral



**EDESP-UFSCar**

São Carlos, 2023

© 2023, dos autores

**Projeto gráfico e capa**

Clarissa Bengtson

Bruno Prado Santos

**Preparação e revisão de texto**

Paula Sayuri Yanagiwara

**Audiodescritor**

Douglas Pino

**Editoração eletrônica**

Bruno Prado Santos

D344c

Delbone, Ariane Godoi.

Construindo pontes: extensão universitária e acessibilidade na UFSCar / Ariane Godoi Delbone, Leonardo Santos Amâncio. -- Documento eletrônico. -- São Carlos : EDESP-UFSCar, 2023.

53 p.

ISBN – 978-65-89874-70-6

1. Educação Especial. 2. Acessibilidade. 3. Extensão Universitária. I. Título.

CDD – 371.9 (20ª)

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar

# SUMÁRIO

<a href="#">Iniciando o diálogo: você conhece os pilares da educação superior?</a>	7
<a href="#">Mas como acontece essa "indissociabilidade"?</a>	8
1 <a href="#">Do Olympus ao Populus</a>	13
1.1 <a href="#">A extensão enquanto ferramenta de produção interdisciplinar e democratização do saber</a>	15
1.2 <a href="#">A potência das ações extensionistas no processo de elaboração de concepções de deficiência e de acessibilidade presentes na sociedade</a>	16
2 <a href="#">Por que e o que eu preciso saber sobre extensão universitária?</a>	19
2.1 <a href="#">Qual a finalidade de participar de iniciativas de extensão?</a>	19
2.2 <a href="#">Todo mundo pode realizar programas e atividades de extensão?</a>	20
2.3 <a href="#">A extensão universitária é obrigatória aos estudantes?</a>	20
2.4 <a href="#">Quais são as modalidades de extensão?</a>	20
3 <a href="#">Descobrimos ações extensionistas da UFSCar</a>	23
3.1 <a href="#">Ilustrando um exemplo para você</a>	28
4 <a href="#">Explorando as ações extensionistas da UFSCar</a>	31
4.1 <a href="#">Navegando pelos programas e atividades de extensão da UFSCar</a>	32
5 <a href="#">Do acesso ao ambiente à acessibilização das informações</a>	41
5.1 <a href="#">A importância da acessibilidade digital e da linguagem acessível na difusão dos programas e das atividades de extensão da UFSCar</a>	42
6 <a href="#">Considerações finais</a>	47
<a href="#">Referências</a>	49



# INICIANDO O DIÁLOGO: VOCÊ CONHECE OS PILARES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR?

As vivências acadêmicas nas Instituições de Educação Superior – IES, representadas por universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e pelos centros federais de educação tecnológica, são frequentemente associadas a estudos teóricos e práticos, além de serem vinculadas estritamente a atividades de ensino e de pesquisa.

Mas você sabia, também, que as instituições desse nível de ensino têm como premissa moral, ética e política ultrapassar seus “muros” e se articular com as diferentes realidades sociais?

Isso mesmo! A comunicação interativa e dialógica com a sociedade afirma o compromisso das IES em se comunicarem com as pessoas envolvidas e suas respectivas subjetividades, vivências e saberes no processo de legitimação dos direitos humanos, valendo-se da ciência e da educação (GURGEL, 1986; FREIRE, 1992).

Foi nesse sentido que o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 reafirmou a importância do princípio da “indissociabilidade”, o qual se apoia na articulação e na complementação entre as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão (BRASIL, 1988).

Para compreendermos melhor como ocorre essa indissociabilidade, iremos nos aproximar, por meio deste e-book, da realidade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cujo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) se norteia em princípios que perpassam as realidades das IES brasileiras, ao preconizar:

A missão desta universidade pública está associada às suas atividades-fim: o ensino, a pesquisa e a extensão. São estes três grandes focos de atividades que, de forma indissociada, dão concretude à missão desta universidade de ensinar, pesquisar, produzir e tornar acessível o conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2018, p. 35-36).

Isso significa que o ensino deve estar vinculado à pesquisa e à extensão, tendo esta última a principal função de realizar a ponte entre universidade e as diversas comunidades.

Sendo assim, além de exercer sua função de transmitir conhecimentos, a extensão propõe-se, por meio da escuta, da troca de saberes e da prestação de serviços, a possibilitar a aprendizagem mútua e a participação ativa das comunidades nos processos transformadores de seus próprios contextos. Ainda, tem o potencial de contribuir com a diminuição das desigualdades educacionais, fortalecer a participação cidadã e promover a inclusão de grupos historicamente excluídos do ambiente acadêmico.

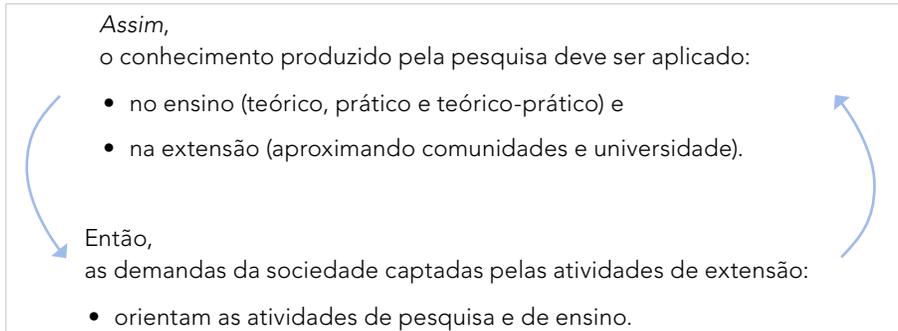
## Mas como acontece essa “indissociabilidade”?

Nem todo mundo está familiarizado com o funcionamento das engrenagens dos três pilares da Educação Superior no âmbito da dinâmica universitária. Afinal, ao observamos o histórico de construção das IES brasileiras, podemos compreender que nem sempre a relação entre esses pilares foi estabelecida com uma abordagem dialógica e recíproca.

Mas, antes de compreendermos essa relação, você saberia dizer do que se constitui cada um deles? Além de serem partes importantes das políticas que constituem as IES brasileiras, compreendemos por:

- **atividades de ensino** – correspondentes à formação de pessoas por meio de aulas teóricas, práticas, teórico-práticas, estudos em laboratórios, atividades de monitorias e de estágios;
- **atividades de pesquisa** – correspondentes a “ações e projetos desenvolvidos com vistas à aquisição e produção de conhecimentos e tecnologias e devem estar em consonância com as diretrizes da política institucional de pesquisa da UFSCar, observado o disposto no Regimento” (UFSCAR, 2018, p. 76). Como exemplos, podemos citar trabalhos acadêmicos como Iniciação Científica (IC), Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), além de Monografias de Cursos de Especialização, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e Pesquisas Institucionais.

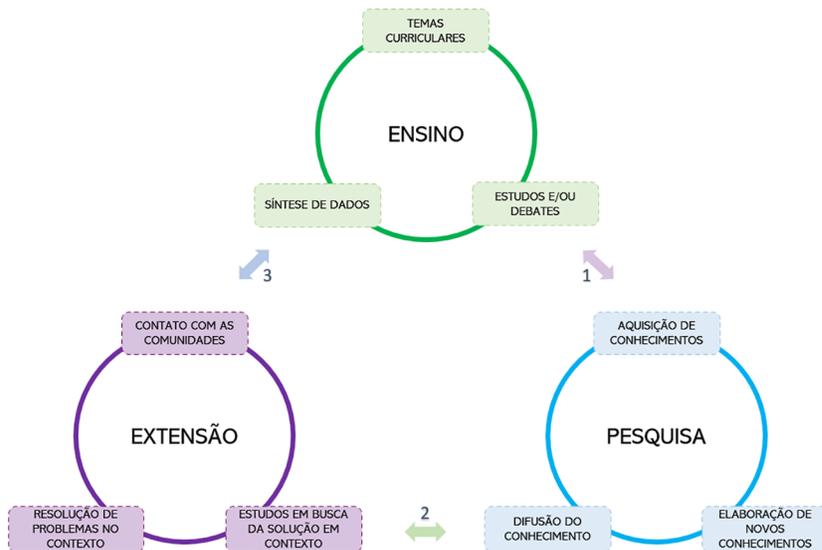
- **atividades de extensão** – correspondentes a “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15).



É nessa perspectiva que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex) definiu a Extensão Universitária como “uma via de mão dupla”, em que o saber acadêmico e o saber popular se reencontram.

Isso significa que, por meio dessa interação, podem surgir novas informações, as quais podem retroalimentar as discussões em sala de aula e as pesquisas. A fim de compreender como ocorrem essas trocas no ambiente universitário, observe o diagrama a seguir (Figura 1).

Figura 1 Esquema relacional entre ensino, pesquisa e extensão.



Fonte: elaboração própria.

Visto que são dimensões fundamentais na construção do conhecimento na Educação Superior, a imagem exemplifica como ocorre essa configuração na dinâmica universitária e no processo educacional-formativo.

A primeira forma circular representa o ensino, que ocorre a partir dos temas curriculares de cada curso. Por meio da mediação nesse processo de aquisição de conhecimento, os professores utilizam estratégias que convidam os alunos a debater, indagar e pensar, a partir de estudos já existentes, sobre como esse conhecimento está embutido em nosso contexto local e podem ser transformadores das realidades.

O segundo círculo corresponde à pesquisa, que se refere à produção de novos conhecimentos a partir do levantamento de hipóteses, colocando em discussão problemáticas que precisam ser levantadas, exploradas, para serem refutadas ou confirmadas, e, por conseguinte, planejando estratégias para suprir demandas sociais das mais variadas naturezas.

A extensão é simbolizada pela terceira figura geométrica. Em resumo, sua função primordial visa à aplicação na prática do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa, a fim de criar uma “ponte” de comunicação com a comunidade, não apenas compartilhando o conhecimento e as

descobertas com a comunidade, mas instigando essa população a participar mutuamente dos processos que a envolvem.

A interligação desses três círculos demonstra que essas dimensões não podem ser separadas. O conhecimento transmitido no ensino deve ser baseado em pesquisas sólidas, atualizadas e relevantes para a sociedade. Da mesma forma, a pesquisa é enriquecida pela interação com alunos e pela aplicação prática dos resultados obtidos na extensão. Assim, as ações extensionistas beneficiam-se do conhecimento e das descobertas geradas pelo ensino e pela pesquisa para embasar a prática desses estudantes.

A indissociabilidade permite que o conhecimento seja compartilhado, aplicado e constantemente renovado, contribuindo para o avanço da sociedade como um todo. É um princípio fundamental que busca promover uma formação acadêmica e profissional mais integrada e de qualidade.

Tendo essas informações como ponto de partida, você saberia dizer quais os caminhos para identificar e explorar as informações relacionadas às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão?

Pois bem... especificamente neste material, o nosso intuito é auxiliar a comunidade da UFSCar a compreender os caminhos a serem percorridos para conhecer os programas e as atividades de extensão de nossa instituição.



## DO OLYMPUS AO POPULUS

Historicamente, as IES ocuparam um papel hegemônico e elitista no processo de produção e apropriação do saber (GOERGEN, 2010). Soma-se a isso o fato de, até meados da década de 1960, pessoas pretas, pardas, indígenas, sendo elas com ou sem alguma deficiência e/ou com baixa renda, terem sido excluídas dos contextos educacionais referentes a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Isso provocou e reforçou um distanciamento das IES em relação às diversas comunidades, até que,

no final dos anos sessenta, o movimento estudantil, a contestação antiautoritária e uma forte mobilização político-ideológica e sindical criaram um clima favorável aos processos de desinstitucionalização e “libertação” dos “sujeitos frágeis”, gerenciados até então de modo separado, especial e segregacionista. O clima cultural e político clamava pela garantia dos direitos de plena cidadania para todos, considerando a sua situação pessoal e social (CANEVARO; D’ALONZO; IANES, 2009, p. 9, tradução nossa).

Essas lutas sociais desencadearam um processo de elaboração, implantação e consolidação de políticas afirmativas de grupos politicamente minoritários.

Por falar nisso, você sabia que políticas de ações afirmativas vão muito além de “cotas”?

Vamos por partes:

a) Segundo Cabral (2018), a expressão *affirmative action* surge, pela primeira vez, no cenário estadunidense quando, em 1935, sob o governo do presidente Franklin D. Roosevelt, o Congresso Nacional promulgou o *National Labor Relations Act*, como forma de política preferencial no âmbito do trabalho, ainda que não de forma compulsória. Todavia, foi somente na década de 1970, naquele mesmo país, que as políticas preventivas, de proteção e ações afirmativas são estendidas às pessoas com deficiência, por meio do *Rehabilitation Act of 1973*.

b) No Brasil, são vários os termos que se configuram com o significado similar ao de ação afirmativa, conforme apresenta Madruga (2016): tratamento preferencial; discriminação positiva; discriminação reversa; ações positivas; medidas especiais e concretas; medidas apropriadas; medidas positivas especiais; medidas específicas.

c) Mesmo que por vários anos o termo “cotas” tenha significado parcela ou quantia, em muitas situações esse substantivo denota situações de marginalização ou supervalorização. Por esse motivo, inclusive nos atuais documentos oficiais que preveem esse sistema no âmbito das ações afirmativas, o termo utilizado tem sido “reserva de vagas”, e não “cotas”.

Saiba mais: para compreender melhor o sistema de reserva de vagas, na “prática”, conheça o Edital SiSU da UFSCar:

- Contextualização da distribuição de vagas via política de ações afirmativas (link externo);
- Edital Completo (link externo);
- Edital Completo (link externo para a descrição audiovisual – acessível com tradução em Língua Brasileira de Sinais).

d) Políticas de ações afirmativas na Educação Superior podem ser entendidas como:

instrumentos alternativos de caráter temporário ou indeterminado os quais, sob perspectivas e interesses sociais, políticos, econômicos e culturais, são destinados ao reconhecimento das diferenças historicamente marginalizadas. Isso pode ocorrer por critérios econômicos, biopsicossociais, étnicos, raciais, religiosos, de deficiência, e/ou de diversidade sexual e de gênero. Tem como escopo atenuar as desvantagens no acesso, na permanência, na plena participação e na formação acadêmica dessas populações, fomentando ainda a pluralidade das identidades nos contextos universitários, a igualdade formal e substancial de oportunidades e a equidade de direitos (CABRAL, 2018, p. 24).

Naquele cenário, então, as IES foram convidadas a se ressignificarem e a replanejarem suas práticas, buscando estratégias que revisitassem seus papéis enquanto instituições que cumpram a função de “produzir conhecimento, social e cientificamente relevantes e tornar o conhecimento existente acessível a todos” (BOTOMÉ, 2001, p. 692).

Assim, a construção de ações afirmativas pôde ocorrer por meio da institucionalização gradual de políticas e práticas, as quais contaram com recursos humanos, tecnológicos, materiais, didáticos, econômicos, dentre outros elementos e estratégias.

Em meio a essas mudanças no meio acadêmico, as ações extensionistas (programas e atividades de extensão), que, por décadas, foram concebidas e compreendidas com base em concepções assistencialistas, passaram a transformar seus papéis dentro da dinâmica institucional. Além disso, passaram a ser consideradas como meios para mudanças sociais e, também, transformações nos contextos universitários (GADOTTI, 2017).

## **A extensão enquanto ferramenta de produção interdisciplinar e democratização do saber**

Uma das principais funções da extensão universitária é realizar o intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a comunidade, democratizando e socializando informações e conhecimentos acadêmicos e científicos que, muitas vezes, estão fora do alcance da comunidade (MOITA; ANDRADE, 2009).

A interdisciplinaridade é um dos princípios da extensão universitária. A partir disso, compreendemos que os programas e atividades de extensão visam proporcionar o diálogo entre diferentes áreas, ao inter-relacionar conhecimentos distintos e dar sentido a cada um deles de forma complementar, na busca por atender a um mesmo objetivo. Essa abordagem permite uma compreensão mais completa e contextualizada, considerando diversas perspectivas e contribuições, além de estimular a criação de soluções inovadoras e integradas.

Na maior parte das ações extensionistas, é necessária uma equipe multidisciplinar, devido à complexidade do atendimento a múltiplos perfis. Assim, o participante da ação extensionista, seja ele servidor ou aluno, pode trabalhar colaborativamente com profissionais de outras áreas e, conseqüentemente, irá apresentar um diferencial em sua atuação no mercado.

Entretanto, apesar dos múltiplos benefícios da extensão universitária como um meio que materializa e articula os saberes de diferentes naturezas, a prática dentro das universidades mostra ações e atitudes pautadas na individualidade, o que, por conseguinte, pode influenciar na participação, no envolvimento e nas trocas de conhecimentos entre profissionais de diversas áreas.

Moita e Andrade (2009) e Gadotti (2017) indicam que a extensão é um meio para promover a interdisciplinaridade, tanto interna quanto externamente, com relação à instituição. As atividades de extensão têm a capacidade de articular várias áreas das ciências em torno de um projeto comum, com o qual os conhecimentos produzidos podem ser socializados e reconstruídos em parceria com a comunidade.

## A potência das ações extensionistas no processo de elaboração de concepções de deficiência e de acessibilidade presentes na sociedade

Atualmente, os programas e atividades de extensão têm a potência de contribuir com a elaboração das concepções de deficiência em todos os contextos sociais. Mas... você sabe o que significa e quais são as “concepções de deficiência”, de acordo com a literatura contemporânea? Ao longo da história, houve o predomínio de três modos de perceber as condições de deficiência, explicitadas a seguir.

### Quadro 1 Concepções de deficiência nas sociedades.

**Concepção metafísica:** justificada por uma compreensão ontológica, teológica e suprassensível da realidade, tende a sobrepor ao sujeito com deficiência o ideário de ter alma demoníaca ou designios divinos, transcendendo a responsabilidade humana. Está atrelada a crenças – legitimadas por convicções e ensinamentos religiosos – e/ou a credices – fundamentadas em superstições de origem popular não sancionadas por doutrinas institucionalizadas (HOUISS; VILLAR, 2009; PESSOTTI, 1984).

**Concepção biológica:** considera uma série de comprometimentos no organismo decorrentes de padrões genéticos diferenciados, de lesões neurais, de malformações hereditárias e/ou de outras ocorrências que levam a um funcionamento diferenciado do organismo físico do sujeito. Esta concepção está relacionada ao que é “normal” e ao que é “patológico”, em uma perspectiva predominantemente clínica (CANGUILHEM, 2009).

**Quadro 1** *Continuação...*

**Concepção social:** pondera o estabelecimento das interações sociais do sujeito, as quais, a depender do contexto histórico e cultural, deixam de ser um fato (sobre)natural, resultando ou não em prejuízos materiais para a pessoa (DINIZ, 2007; LEITE; LACERDA, 2018).

Fonte: adaptado de Leite, Cabral e Lacerda (2023).

Particularmente na Educação Superior, Leite, Cabral e Lacerda (2023) indicam que, atualmente, predominam as concepções biológica e social. E por que é importante compreendermos essas concepções? Torres, Cruz e Cabral (2021, p. 546) indicam que a resignificação das concepções de deficiências nos inúmeros microcontextos locais, regionais e fronteiriços

está intrinsecamente relacionado à predisposição dos atores envolvidos em re/conhecerem e a des/construírem “suas concepções sobre identidades e diferenças e, com base nelas, ofertarem a si e aos outros atitudes positivas ou negativas em consonância com seus contextos relacionais [...]”.

É aí que os programas e atividades de extensão podem atuar, especialmente a partir da compreensão das diversas realidades em que atitudes negativas em relação às pessoas com deficiência ainda estão muito presentes. Segundo D’Affonseca, Cabral e Paes (2019, p. 46), para além de violação de direitos, atitudes negativas têm sido representadas por violências dos mais diversos tipos:

negligência (omissão de cuidados relativos à alimentação, amparo/responsabilização, limpeza/higiene, medicamentos/assistência médica e abandono); [...] violência psicológica (ameaça, calúnia/injúria/difamação, chantagem, hostilização, humilhação, infantilização, perseguição); física (autoagressão, cárcere privado, homicídio, latrocínio, lesão corporal, maus-tratos, sequestro e tentativa de homicídio); violência patrimonial (abuso financeiro, destruição de bens, expropriação/apropriação de bens, extorsão, furto, retenção de salários/bens, roubo, subtração/invalidação/ocultação de documentos); violência sexual (estupro, toques/carícias indesejadas, fala de conteúdo sexual) e violência institucional.

Parte disso, destacam Torres, Cruz e Cabral (2021), está atrelada à própria concepção que os indivíduos das mais diversas sociedades têm em relação

à deficiência, construída ao longo da história, com base em diferentes princípios morais e éticos.

Assim, nas últimas décadas, o comprometimento político-social tem ocorrido, ainda que timidamente, no processo de compreensão e atuação prática da perspectiva social da deficiência, reconhecendo e interferindo nas diversas barreiras que constituem fontes de exclusão e desigualdade enfrentadas pelas pessoas com deficiências.

# POR QUE E O QUE EU PRECISO SABER SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA?

Ao ingressar na universidade, é muito comum que uma pessoa na qualidade de estudante (e não só) se sinta um pouco “perdida” e confusa diante da imensa quantidade de informações disponíveis.

Como se não bastasse, quando comparado ao modelo escolar ao qual estava acostumada, o contexto universitário apresenta-se como um ambiente um tanto quanto complexo e que tende a causar certa estranheza.

Ainda assim, podemos assegurar a você que essa mudança é uma jornada cheia de oportunidades e de crescimento pessoal, acadêmico e profissional. Aqui, organizamos algumas informações para que você possa desfrutar melhor de sua trajetória acadêmica.

## Qual a finalidade de participar de iniciativas de extensão?

Quando você ingressa em um curso em nível superior, para além das aulas teóricas, práticas, teórico-práticas, estágios e mobilidade estudantil, a extensão universitária é uma das principais ferramentas que lhe permitirá aproximar seus conhecimentos da realidade.

Assim, as habilidades e competências adquiridas ao longo de seu curso de graduação podem ser potencializadas, especialmente quando são aplicadas em oportunidades ofertadas pelas demandas locais de determinados contextos.

Além da sua contribuição direta na formação profissional, as ações extensionistas propiciam vivências de curto, médio e longo prazo, relacionadas ao lazer, entretenimento, bem-estar físico e mental. Então, se você busca fazer coisas para quebrar a rotina dos estudos e ter outras experiências, que muitas vezes só encontramos nas universidades, a extensão é um desses

caminhos, sendo na maior parte das vezes gratuito ou com preços mais acessíveis.

Sabendo disso, quando você quiser estabelecer e fortalecer a relação entre o que está estudando em sala de aula e as diversas realidades sociais existentes, lembre: busque e aproveite, ao longo de sua trajetória acadêmica, os programas e as atividades de extensão universitária. Ah! E tem mais! Você pode se envolver em iniciativas de extensão de qualquer área de conhecimento pela qual você se interessa.

## Todo mundo pode realizar programas e atividades de extensão?

Estudantes, professores, técnicos administrativos e a população externa podem participar e/ou compor equipes proponentes de uma determinada modalidade de extensão, desde que preencham os pré-requisitos previstos.

## A extensão universitária é obrigatória aos estudantes?

Até a data da publicação deste *e-book*, a participação em programas e/ou atividades de extensão não é obrigatória. No entanto, a depender da área temática, ela poderá fazer parte das horas complementares necessárias à conclusão de um curso de graduação. Além disso, está em discussão a possibilidade de transformá-la em requisito curricular obrigatório. Portanto, que tal começarmos agora a conhecer esse campo inexplorado que é a extensão universitária?

## Quais são as modalidades de extensão?

Na UFSCar, podemos acessar quatro modalidades de extensão por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXWEB, 2023):

- **programas de extensão** – proposição de planos e/ou intenções para subsidiar o desenvolvimento de atividades de extensão.
- **atividades de extensão** – proposição de projetos, cursos, Atividades Curriculares de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (Aciepe), consultorias, assessorias, publicações e/ou de produtos.
- **eventos e palestras** – são atividades que não implicam o recebimento de pró-labore, bolsas do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico (Pidict) ou entrada de recursos que devem ser gerenciados pela Fundação de Amparo Institucional

– FAI-UFSCar (por exemplo, cobrança de taxas, inscrições ou patrocínios). Não requerem tramitação, apenas ciência da chefia.

- **empresas júniores** – promovem experiências de mercado aos graduandos, fomentando o crescimento profissional a partir da atuação em desenvolvimento e execução de projetos. Contribuem para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, empreendedorismo e trabalho em equipe.

Contudo, em relação aos três pilares das universidades, a extensão é a dimensão que apresenta menor adesão por parte dos estudantes, professores e funcionários (DEUS, 2020). Isso ocorre, dentre outros fatores, porque, embora existam meios para difundir a extensão, esses conhecimentos geralmente ficam limitados a interações informais ou a avisos ocasionais divulgados em mídias sociais (e-mails, plataformas de redes sociais etc.).

Para contribuir com o equacionamento desse cenário, apresentaremos a você uma das muitas possibilidades temáticas: os programas e as atividades de extensão da UFSCar relacionados especificamente às pessoas com deficiência.

Dentre os motivos, está o fato de a autoria deste *e-book* compor o corpo docente e discente do Curso de Licenciatura em Educação Especial da UFSCar, somado ao reconhecimento histórico de que essa população foi segregada de vários setores da sociedade, inclusive educacionais, devido a fatores sociais, econômicos, históricos, políticos, culturais, éticos e morais (JANNUZZI, 2004; MENDES, 2010).

Quando voltamos o olhar para as ações extensionistas desenvolvidas no âmbito da acessibilidade, podemos compreendê-las como parte de uma dinâmica que acompanha a trajetória histórica das pessoas com deficiência. Cabral (2017), em seus estudos, retrata que nos últimos anos houve um aumento do ingresso de populações politicamente minoritárias na universidade, como as pessoas com deficiências.

Compreendendo, portanto, a potência da interface entre ensino, pesquisa e extensão, quais são os programas e as atividades de extensão que a UFSCar tem institucionalizado em nível superior e que, em alguma medida, contemplam especificamente as temáticas que envolvem as pessoas com deficiências?

Para responder a essa questão, convidamos você a nos acompanhar no processo de identificação, descrição e análise dos programas e das

atividades de extensão da UFSCar que, inclusive na perspectiva interdisciplinar, tratam de questões relacionadas à acessibilidade e a pessoas com deficiência.

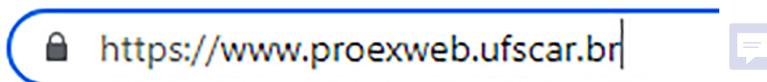
## DESCOBRINDO AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UFSCAR

Os portais *web* da UFSCar têm como objetivo fornecer informações sobre as ações desenvolvidas na instituição. Especificamente, em relação aos programas e às atividades de extensão, o principal veículo que reúne suas respectivas informações é o [ProExWeb](#) (link).

Contudo, o conteúdo disponível no sistema pode ser acessado apenas pela comunidade interna. Em decorrência disso, a depender dos modos de disseminação dessas ações extensionistas, as comunidades externas nem sempre têm conhecimento das diversas oportunidades disponíveis.

No intuito de contribuir com a exploração dessas possibilidades, descreveremos a seguir como você poderá explorar o ambiente virtual da UFSCar, apresentando um passo a passo simplificado para acessar a ProExWeb e para identificar os programas e atividades de extensão.

1. Em seu navegador *web*, digite:



2. Você irá acessar um ambiente assim:

Figura 2 Página inicial da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar.



Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

a) Logo abaixo dos logos da ProEx (esquerda superior) e da UFSCar (direita superior), você encontrará uma barra com o seguinte menu principal:

- [Home](#) (link para a página inicial);
- [Logout](#) (link para sair do ambiente);
- [Contato/Sugestões/Dúvidas](#) (link para espaço de comunicação).

3. À direita, no canto superior da tela inicial, há um texto informativo com dois hiperlinks:

a) um que, se desejar, poderá lhe direcionar ao site da [Pró-Reitoria de Extensão](#) (link), em que há informações sobre

- Gestão das atividades de extensão
- Documentos
- Editais
- Cursos
- Educação, Tecnologia e Cultura
- Cultura
- Eventos
- Aciepes
- Dúvidas Frequentes
- Programas e Projetos da Comunidade
- Transparência

b) e outro [link](#) para um ambiente em que, se necessário, você poderá recuperar sua senha de acesso ao Sistema de Apoio à Gestão Universitária Integrada – Saguí.

4. Na página inicial da plataforma, no canto superior esquerdo, está disposto um campo que deverá ser preenchido com:
  - a) seu CPF ou seu número UFSCar (ambos apenas para pessoas vinculadas à instituição);
  - b) a senha (a mesma dos demais sistemas – SiGA, Saguí etc.).

Figura 3 Área de login na página da ProExWeb-UFSCar.



Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

5. Após efetuado o login, você será redirecionada/o para uma tela que contém as modalidades de extensão.

Figura 4 Modalidades de extensão da UFSCar.

<b>Atividade de Extensão</b>
Proposição de novos Projetos, Cursos, Eventos, ACIEPE, Consultorias e Assessorias ou Publicações e Produtos
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Consultar atividades</li></ul>
<b>Programa de Extensão</b>
Proposta de planos/intenções para o desenvolvimento de Atividades de Extensão
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Consultar programas</li></ul>
<b>Empresa Júnior</b>
O objetivo das empresas juniores é promover a melhor experiência de mercado aos graduandos, fomentando o crescimento profissional a partir da atuação em desenvolvimento e execução de projetos, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades interpessoais, empreendedorismo e trabalho em equipe.
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Consultar Empresas Júniores</li></ul>
<b>Eventos e Palestras</b>
São atividades que não implicam no recebimento de Pró-Labore, bolsas PIDICT ou entrada de recursos que devem ser gerenciados pela FAI-UFSCar (por exemplo: cobrança de taxas, inscrições ou patrocínios). Não requerem tramitação, apenas ciência da chefia.
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Consultar eventos</li><li>▪ Consultar palestras</li></ul>

Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

6. Nessa tela, você poderá conhecer as ações extensionistas existentes na UFSCar. Dispostos verticalmente, estão as definições e os campos para consultas sobre atividade de extensão, programa de extensão, empresa júnior, eventos e palestras. Essas informações direcionam a nossa busca a partir de nossos interesses específicos.

7. Em seguida, começa a etapa de preenchimento de campos e seleção de filtros:

Figura 5 Área para consulta de atividades.

**Consulta de atividades**

Utilize as opções abaixo para localizar as atividades desejadas e clique no botão "Buscar". Para localizar as atividades de um coordenador, primeiro preencha alguma parte do nome e clique no botão ">>", depois escolha o coordenador desejado na lista.

Busca:  no  Título  Palavras-chave  Resumo  N.Processo

Coordenador:   Todos os coordenadores ▾

Setor:  ▾

Ordenar por:  Título, data inicial  Data inicial  Setor, título, data inicial

Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

- a) Ocupando a parte superior da tela, há campos que devem ser preenchidos. Neles, você poderá aplicar os seguintes filtros:
- **Busca** – campo para você preencher com termos que deem pistas sobre o tema de seu interesse. Essa busca pode ser feita no “Título”, nas “Palavras-chave”, no “Resumo” ou no “Número do processo do Programa ou Atividade”. Basta selecionar uma das opções.
  - **Coordenador** – para localizar as atividades ou programas de uma pessoa em específico, vinculada à instituição:
    - i. preencha o campo com o nome da pessoa que é coordenadora;
    - ii. clique no botão “>>”;
    - iii. escolha um dos nomes que aparecem na lista (caso não haja uma escolha específica, você poderá optar por “Todos os coordenadores”).
  - **Setor** – você poderá selecionar um setor de vínculo ou fazer a pesquisa de maneira mais genérica, ao selecionar apenas um setor ou “Todos”.
  - **Ordenar por** – o último filtro a ser aplicado permite que você indique sua preferência de organização para acessar as informações:
    - i. “Título, data inicial”;
    - ii. “Data inicial”;
    - iii. “Setor, título, data inicial”.

8. Após todos os campos preenchidos, clique no botão “Buscar”, no canto superior direito da tela.

9. Então, será exibida uma lista de programas ou atividades, com as seguintes informações iniciais para a caracterização da extensão, a partir da aplicação dos filtros escolhidos anteriormente:

- a) nome;
- b) nº do processo;
- c) coordenação;
- d) data de início;
- e) status.

10. Se houver o desejo de ter mais informações sobre determinado programa ou atividade, clique em cima do respectivo título. Então, em outra tela, será aberta uma ficha informativa mais detalhada.

## Ilustrando um exemplo para você

Digamos que você queira conhecer programas ou atividades de extensão direcionados às questões de acessibilidade para pessoas com deficiência desenvolvidos na UFSCar. Quais termos você acredita que poderiam lhe ajudar a encontrar o que deseja?

Bem... considerando alguns dos assuntos que circulam nos meios de informação e comunicação, podemos dar alguns palpites de termos relacionados para realizar a busca:

- “Acessibilidade”;
- “Deficiência”;
- “Barreiras”; e
- “Ergonomia”.

Figura 6 Campo de busca para a inserção do termo relacionado ao tema de pesquisa.

**Consulta de atividades**

Utilize as opções abaixo para localizar as atividades desejadas e clique no botão "Buscar". Para localizar as atividades de um coordenador, primeiro preencha alguma parte do nome e clique no botão ">>", depois escolha o coordenador desejado na lista.

Busca:  no  Título  Palavras-chave  Resumo  N.Processo

Coordenador:  >> Todos os coordenadores ▾

Setor:  ▾

Ordenar por:  Título, data inicial  Data inicial  Setor, título, data inicial

Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

A partir da pesquisa, é possível gerar uma lista de todas as ações de extensão que tenham a acessibilidade como temática:

Figura 7 Lista com elenco das atividades relacionadas aos critérios de busca.



Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

Você poderá identificar o título, o número do processo, o nome da pessoa que coordena a extensão e a data de início.

Além dessas informações, você poderá saber em qual etapa de desenvolvimento a ação extensionista se encontra. A seguir, disponibilizamos para você um quadro explicativo desses termos.

Quadro 2 Glossário referente aos termos do ProExWeb-UFSCar.

Status/Situação que aparece no ambiente	O que significa, na prática?
<i>Em edição</i>	O processo está aberto, para que seja realizada a submissão da extensão.
<i>Em execução</i>	Programa/Atividade está aprovado e em conformidade com a burocracia institucional.
<i>Em tramitação</i>	Programa/Atividade está em análise institucional para verificar se pode ser continuado.
<i>Em esclarecimento</i>	Faltam informações no relatório da extensão.
<i>Relatório não realizado</i>	Programa/Atividade foi aprovado e esteve em execução, mas não foi realizado o relatório.
<i>Encerrado/Arquivado</i>	Programa/Atividade não está sendo realizado atualmente, mas já esteve em execução.

Fonte: elaboração própria.

**Observação importante:** existe um esforço institucional constante, por parte dos coordenadores (docentes ou técnicos administrativos) dessas ações extensionistas, para a organização, manutenção, atualização e difusão das informações a elas relacionadas. Estas são baseadas nos relatórios de execução, possibilitando inclusive a sustentabilidade da transparência institucional.



# EXPLORANDO AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UFSCAR

Neste capítulo, convidamos você a explorar as ações extensionistas da instituição, no sentido de acessar e compreender detalhes dessas oportunidades formativas que podem se articular com sua trajetória de ensino e/ou de pesquisa. Dando continuidade ao capítulo anterior:

1. Efetue a busca por “acessibilidade” no título e peça para ordenar por “setor, título e data inicial”.
2. Selecionamos como exemplo uma das ações extensionistas da UFSCar, intitulada “Desenvolvimento de aplicações multiplataforma: desafios/soluções de acessibilidade”.

Figura 8 Exemplo ação extensionista da UFSCar.

Desenvolvimento de aplicações multiplataforma: desafios/soluções de acessibilidade			
Processo: 23112.000522/2014-53	Coordenador: Delano Medeiros Beder - DC	Início: 24/02/2014	Status: rel. aprovado/execução

Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

3. Clique sobre o título dessa atividade:

Figura 9 Detalhe da figura anterior, mostrando o título da atividade.

<b>Busca: "acessibilidade" no título</b>	
<b>Ordenação: Setor, título e data inicial</b>	
<b>Atividades</b>	
<b>Desenvolvimento de aplicações multiplataforma: desafios/soluções de acessibilidade</b>	
<b>Processo:</b> 23112.000522/2014-53	<b>Coordenador:</b> Delano Medeiros Beder - DC

Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

4. Você poderá acessar a ficha técnica que contém a caracterização da respectiva ação de extensão sobre a temática de acessibilidade:

Figura 10 Ficha técnica de uma atividade de extensão.

Atividade de extensão	
Programa: 2312.002837/2010-64 – Formação de Profissionais em EaD	
N.º processo: 2312.000522/2014-53	N.º processo anterior: Não
N.º processo referência SEI: —	
Título da Atividade: Desenvolvimento de aplicações multiplataforma: desafios/soluções de acessibilidade	
Coordenador: Delano Medeiros Beder	
Setor do coordenador: DC - Departamento de Computação	
Ingresso na universidade: 05/10/2010	Cargo: Professor Ensino Superior
Titulação do coordenador: Doutorado	
Setor responsável: DC - Departamento de Computação	
Abrangência na UFSCar: Interunidade	
Início da atividade:	Término da atividade:

Fonte: captura de tela da página da ProExWeb-UFSCar.

## Navegando pelos programas e atividades de extensão da UFSCar

Para que a busca seja direcionada conforme o seu interesse, o leitor pode acessar a ficha de descrição da ação extensionista, que é acompanhada por uma caracterização a partir de uma classificação feita pelo CNPq, que tem como finalidade a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da Extensão Universitária Brasileira, segundo agrupamentos temáticos (FORPREX, 2012).

No campo "área temática principal", encontramos: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharia/Tecnologia; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; Multidisciplinar. Há também a categorização em áreas temáticas secundárias, que são distribuídas em: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho; Multidisciplinar.

A seguir podemos observar como ocorre essa distribuição conforme as áreas do conhecimento, no que se refere aos programas e atividades de extensão na nossa universidade que trabalham questões relacionadas à acessibilidade.

**Quadro 3** Síntese dos programas de extensão desenvolvidos durante a pandemia.

### Termo de Busca (descriptor): DEFICIÊNCIA

Título	Grande área (CNPQ)	Área temática principal	Coordenação	Ano	Status
Fisioterapia e Saúde Coletiva	Ciências da Saúde	Saúde	Cristiane Shinohara Moriguchi de Castro – DFisio	2020	Aprovado/ execução
Consultoria e Prestação de Serviços para Atendimento na Área de Deficiência Intelectual e Autismo: Institucional e Individual	Ciências Humanas	Educação	Antonio Celso de Noronha Goyos – DPsi	2021	Aprovado/ execução

Fonte: elaboração própria.

Ao utilizarmos os descritores Deficiência, Acessibilidade, Barreiras e Ergonomia e considerarmos o período da pandemia da Covid-19 (2020 a 2022) como anos de execução, apenas o descriptor “Deficiência” resultou em dados relacionados a **programas** de extensão. Especificamente, isso ocorreu em relação às Ciências da Saúde e às Ciências Humanas.

Assim, nenhum programa de extensão foi identificado nas seguintes grandes áreas: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes.

O baixo número de programas de extensão não apenas reflete as consequências do período da pandemia da Covid-19 no Brasil, mas sugere que a temática ainda precisa de ampliação na sociedade, sobretudo quando considerada a relativa recenticidade histórica, política, cultural, econômica e atitudinal de reconhecimento e afirmação das pessoas com deficiência.

Será que o mesmo ocorre em relação às **atividades** de extensão?

Ao utilizarmos os mesmos descritores e período da busca por programas de extensão, apenas os descritores “Deficiência” e “Acessibilidade” resultaram em dados relacionados a atividades de extensão. Especificamente, isso ocorreu em relação às seguintes grandes áreas de conhecimento: Ciências

da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar.

Vamos conferir mais detalhes, nos quadros a seguir.

**Quadro 4** Síntese das atividades de extensão desenvolvidas durante a pandemia.

### Termo de Busca (descriptor): DEFICIÊNCIA

Grande área (CNPq): Ciências da Saúde Área Temática Principal: Educação			
Título	Coordenação	Ano	Status
Mosaicos Digitais – grupos de estudos & proposição de enfrentamento ao ageísmo e capacitismo	Alessandra Rossi Paolillo – DTO	2022	Rel. aprovado/ execução
1º Simpósio Internacional de <i>Constraint Induced Movement Therapy</i>	Natália Duarte Pereira – DFisio	2021	Rel. aprovado/ execução

Grande área (CNPq): Ciências da Saúde Área Temática Principal: Saúde			
Título	Coordenação	Ano	Status
Atividades Físicas, Esportivas e de Lazer Adaptadas a Pessoas com Deficiências – Proafa 2022	Mey de Abreu Van Munster – DEFMH	2022	Rel. aprovado/ execução
6º Seminário de Tecnologia assistiva da UFSCar – conexões entre Design e Reabilitação	Mirela de Oliveira Figueiredo – DTO	2022	Em tramitação
Núcleo de Desenvolvimento de Esportes de Inverno – CBDN/ UFSCar	Mey de Abreu Van Munster – DEFMH	2021	Rel. aprovado/ execução
Impacto da aplicação das 'Minhas Palavras Favoritas/F-Words' na qualidade de vida de crianças/ adolescente com deficiência e suas famílias durante pandemia da Covid-19	Nelci Adriana Cicuto Ferreira Rocha – DFisio	2021	Rel. aprovado/ execução
Sala de Espera Educativa – apoio em educação em saúde aos pacientes do Ambulatório de Imunologia Pediátrica e suas famílias	Flávia Gomes Pileggi Gonçalves – DMed	2021	Em esclarecimento
Aplicações clínicas da terapia orientada a tarefa	Natália Duarte Pereira – DFisio	2020	Rel. aprovado/ execução

**Quadro 4** *Continuação...*

Conhecer e Crescer: capacitações para famílias atendidas na Linha de Cuidado Infância e Adolescência da USE	Lisandrea Rodrigues Menegasso Gennaro – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução
---	--	------	-------------------------

**Grande área (CNPq): Ciências Exatas e da Terra**  
**Área Temática Principal: Educação**

Título	Coordenação	Ano	Status
Projeto Olhares: divulgando ciência por meio da arte inclusiva	André Farias de Moura – DQ	2022	Em esclarecimento

**Grande área (CNPq): Ciências Humanas**  
**Área Temática Principal: Educação**

Título	Coordenação	Ano	Status
Inclusão Escolar e Educação Especial: fundamentos legais e conceituais – Módulo 2, Turma 1 2022	Estefano Vizconde Veraszto – DCNME-Ar	2022	Rel. aprovado/ execução
Formação Continuada Colaborativa com professores da EJA: inclusão escolar e práticas pedagógicas	Juliane Aparecida de Paula Perez Campos – DPsi	2022	Em tramitação
Programa reflexivo de formação colaborativa para professores acerca da prática docente com estudantes com deficiência visual	Márcia Duarte Galvani – DPsi	2022	Em tramitação
9º Congresso Brasileiro de Educação Especial e 12º Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial (9º Cbee e 12º Enpee)	Enicéia Gonçalves Mendes – DPsi	2021	Rel. aprovado/ execução
Assessoria para o uso de recursos de tecnologia assistiva em uma escola de ensino fundamental do município de Ibaté-SP	Gerusa Ferreira Lourenço – DTO	2021	Rel. aprovado/ execução
Formação de professores para a educação inclusiva na perspectiva da deficiência visual	Estefano Vizconde Veraszto – DCNME-Ar	2021	Rel. aprovado/ execução
Educação Infantil numa Perspectiva Inclusiva	Maria Walburga dos Santos – DCHE-So	2021	Rel. aprovado/ execução
Ciclo de pesquisas e práticas sobre Coensino e inclusão escolar	Enicéia Gonçalves Mendes – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução

**Quadro 4** *Continuação...*

Curso de formação de professores da pré-escola em habilidades sociais e habilidades sociais educativas para a inclusão de crianças com deficiência	Carolina Severino Lopes da Costa – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução
Concepções e estratégias para a escolarização do estudante com deficiência no ensino médio	Márcia Duarte Galvani – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução
Oficinas de formação para professores da educação especial acerca do planejamento curricular para o estudante com deficiência intelectual	Márcia Duarte Galvani – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução
Concepção e desenvolvimento de material didático para alunos com deficiência visual: aspectos de formação docente na perspectiva da educação inclusiva	Estefano Vízconde Veraszto – DCNME-Ar	2020	Rel. aprovado/ execução
O direito à participação social de jovens e adultos com síndrome de Down	Márcia Duarte Galvani – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução

**Grande área (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas**  
**Área Temática Principal: Educação**

<b>Título</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Ano</b>	<b>Status</b>
Simpósio sobre Aprendizagem	Camila Domeniconi – DPsi	2022	Rel. aprovado/ execução
Judicialização e Direito à Educação da Pessoa com Deficiência	Enicéia Gonçalves Mendes – DPsi	2021	Rel. em tramitação

**Grande área (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas**  
**Área Temática Principal: Comunicação**

<b>Título</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Ano</b>	<b>Status</b>
Elaboração de guia para produção de documentos e conteúdos digitais acessíveis para o Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar	Maria Helena Sachi do Amaral – BAr	2021	Rel. aprovado/ execução

**Quadro 4** Continuação...

<b>Grande área (CNPq): Linguística, Letras e Artes</b> <b>Área Temática Principal: Educação</b>			
<b>Título</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Ano</b>	<b>Status</b>
Curso Sequencial de Língua de Sinais Brasileira – Libras – Reoferta II	João Paulo da Silva – DPsi	2021	Rel. em esclarecimento

<b>Grande área (CNPq): Multidisciplinar</b> <b>Área Temática Principal: Multidisciplinar</b>			
<b>Título</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Ano</b>	<b>Status</b>
Estratégias coletivas e tecnologia assistiva: ações na Escola de Educação Municipal de Educação Especial Benedicta Canavan Benedetti	Camila Barros de Miranda Moram – DEP-So	2022	Rel. aprovado/ execução
Grupo Frequências	João Vitor de Carvalho Fontes – DEMec	2022	Rel. aprovado/ execução
Aciepe Inovação em produtos e serviços de Tecnologia Assistiva	Natália Duarte Pereira – CCBS	2022	Em tramitação
Inclusão e divulgação científica em ecossistemas aquáticos	Victor Satoru Saito – DCAm	2022	Rel. aprovado/ execução
Planejamento, elaboração e construção de materiais didáticos voltado às práticas sociais em contexto inclusivo	Marilde Terezinha Prado Santos – DC	2021	Rel. aprovado/ execução

**Termo de Busca: ACESSIBILIDADE**

<b>Grande área (CNPq): Ciências Humanas</b> <b>Área Temática Principal: Comunicação</b>			
<b>Título</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Ano</b>	<b>Status</b>
Libras Zen – vídeos informativos	Samantha Carlos Daroque – DCNME-Ar	2022	Rel. aprovado/ execução
Aciepe: Atuação e formação de Tradutores e Intérpretes de Libras em tempo de isolamento social – Covid-19	Vanessa Regina de Oliveira Martins – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução

Quadro 4 Continuação...

Grande área (CNPq): Ciências Humanas Área Temática Principal: Direitos Humanos e Justiça			
Título	Coordenação	Ano	Status
Grupo de Estudos Surdez e Diferenças em pauta	Janaína Cabello – DPsi	2021	Rel. aprovado/ execução

Grande área (CNPq): Ciências Humanas Área Temática Principal: Educação			
Título	Coordenação	Ano	Status
Libras no campus Araras: Encontro do 7º dia do surdo – a importância da presença dos surdos na universidade	Samantha Carmo Daroque – DCNME-Ar	2022	Rel. em tramitação
Núcleo Ubuntu Libras (reoferta): Dicionário Afro-brasileiro em Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa	Diléia Aparecida Martins – DPsi	2022	Rel. aprovado/ execução
Especialização <i>lato sensu</i> em educação de surdos em abordagem bilíngue (libras/língua portuguesa) – modalidade de educação a distância com ênfase em: docência bilíngue na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou tradução e interpretação na Educação Básica	Vanessa Regina de Oliveira Martins – DPsi	2022	Rel. não realizado
Roda de conversa sobre a educação bilíngue de surdos: desafios e possibilidades frente a pandemia do Coronavírus – Covid 19? A acessibilidade linguística dos surdos: problema na pandemia ou também se coloca na realidade presencial escolar?	Vanessa Regina de Oliveira Martins – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução
Libras e o Covid-19: Vídeos informativos	Samantha Carmo Daroque – DCNME-Ar	2020	Rel. aprovado/ execução
Libras em casa: Em tempos de Covid-19	Samantha Carmo Daroque – DCNME-Ar	2020	Rel. aprovado/ execução
Informações em Libras à comunidade surda na pandemia do Covid-19	Mariana de Lima Isaac Leandro Campos – DPsi	2020	Rel. aprovado/ execução

**Quadro 4** Continuação...

Libras no campus – promovendo acessibilidade comunicacional no IFSP São Carlos	Ityara Aguiar da Silva Pinto Girke – DPsi	2020	Rel. não realizado
--	---	------	--------------------

Grande área (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas Área Temática Principal: Educação			
Título	Coordenação	Ano	Status
Produção de videoaulas e tutoriais para as bibliotecas da UFSCar: desenvolvendo a competência em informação da comunidade acadêmica	Cristina Marchetti Maia – BCo	2021	Rel. aprovado/ execução

Grande área (CNPq): Ciências Sociais Aplicadas Área Temática Principal: Multidisciplinar			
Título	Coordenação	Ano	Status
Noções de acessibilidade arquitetônica para avaliação de projetos e edificações	Cristina Marchetti Maia – BCo	2021	Rel. aprovado/ execução

Fonte: elaboração própria.

A partir dos quadros apresentados, você pode compreender que:

1. Apenas dois (n = 02) programas de extensão estavam em execução durante a pandemia: um na área de Ciências da Saúde e outro na área de Ciências Humanas. Considerando a dimensão territorial que a UFSCar ocupa, ou seja, quatro *campi* em quatro cidades diferentes, além de sua relevância social enquanto Instituição de Ensino, você acredita que este seja um número expressivo?
2. Em relação às atividades de extensão, o número foi expressivamente maior quando comparado aos programas, totalizando 45 atividades. Distribuídas respectivamente nas áreas de: Ciências da Saúde (n = 09); Ciências Exatas e da Terra (n = 01); Ciências Humanas (n = 24); Ciências Sociais Aplicadas (n = 05); Linguística, Letras e Artes (n = 01); e Multidisciplinar (n = 05).
  - a) As demais áreas do conhecimento (Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Engenharias) não tiveram representatividade numérica nesse levantamento.



# DO ACESSO AO AMBIENTE À ACESSIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Após esse exercício que fizemos para acessar e compreender as ações extensionistas da UFSCar, você já questionou sobre:

- como temos acessado, organizado e/ou difundido as informações digitais relacionadas às diversas áreas do conhecimento?
- o quanto essa barreira ou acessibilidade pode afetar a legitimação do direito da pessoa com deficiência?

Sobre isso, Cabral, Mendes e Ebersold (2023) explicam as camadas da acessibilidade, tendo como exemplo editais de ingresso em programas de pós-graduação:

- Acesso (acessável): as informações sobre como pessoas interessadas podem ingressar em cursos de graduação e em programas de pós-graduação *stricto sensu* estão disponíveis? Se sim, onde?
- Acessibilidade (acessível): essas informações apresentam formatos que possibilitam o acesso à informação por meio de dispositivos leitores de tela, recursos de comunicação alternativa e aumentativa e por pessoas usuárias de línguas de sinais?
- Acessibilização (acessibilizável): para além de as informações sobre como ingressar em cursos de graduação e/ou em programas de pós-graduação *stricto sensu* serem acessáveis e estarem disponíveis em formatos acessíveis, estão dispostas com linguagem que permitirá sua compreensão, elaboração e apropriação para o engajamento dos sujeitos? (CABRAL; MENDES, EBERSOLD, 2023, p. 984).

## A importância da acessibilidade digital e da linguagem acessibilizável na difusão dos programas e das atividades de extensão da UFSCar

A acessibilidade digital envolve a possibilidade e as condições de os usuários alcançarem, perceberem e compreenderem os serviços e sites disponíveis na *web*, de forma segura e autônoma.

Corroborando essa possibilidade, um conjunto de normativas e diretrizes que fundamentam a acessibilidade informacional e comunicacional em ambientes virtuais, sobretudo naqueles vinculados a órgãos e entidades públicas. No Quadro 5, você poderá acessar algumas das mais democratizadas atualmente.

**Quadro 5** Legislação e diretrizes para acessibilidade em ambientes virtuais e em arquivos digitais.

Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – Destaque para Art. 45, Inciso I, Alínea d ( <a href="#">link externo</a> )
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 ( <a href="#">link externo</a> )
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 ( <a href="#">link externo</a> )
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ( <a href="#">link externo</a> )
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 ( <a href="#">link externo</a> )
Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 ( <a href="#">link externo</a> )
Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 ( <a href="#">link externo</a> )
Decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012 ( <a href="#">link externo</a> )
Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007 ( <a href="#">link externo</a> )
Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Paris, em 24 de julho de 1971 ( <a href="#">link externo</a> )
Tratado de Marrakesh ( <a href="#">link externo</a> )
Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG ( <a href="#">link externo</a> )
Comitê Brasileiro (CB-40) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ( <a href="#">link externo</a> )
Web Accessibility Initiative – WAI/W3C (em inglês – <a href="#">link externo</a> )
Associação Brasileira de Direitos Reprográficos ( <a href="#">link externo</a> )

Fonte: GP-IDEA ([link externo](#)).

Essas diretrizes de acessibilidade subsidiam os gestores de sites para garantir que indivíduos com deficiências, idosos ou com outras condições que dificultam a navegabilidade possam navegar, compreender, interagir, contribuir e produzir materiais para a *web*.

Isso é muito importante, pois no campo digital é crucial que a experiência de navegação nos ambientes virtuais seja fácil, agradável e interessante para o usuário. Isso envolve planejar e analisar a forma como o conteúdo é oferecido, a funcionalidade e operacionalização do site, além de sua usabilidade. Mas, então, quem avalia tudo isso para dizer se está tudo bem com o ambiente virtual ou não?

A acessibilidade de um *site* conta com avaliação manual de acessibilidade, realizada por meio da indicação continuada de elementos de compreensão e usabilidade, por parte das pessoas que utilizam esse ambiente. O teórico Jakob Nielsen (1994), um renomado especialista na área, destaca para nós dois princípios que podem ser úteis para pensarmos a forma como construímos a linguagem nos ambientes virtuais:

- **Princípio 1 – Visibilidade do status do sistema:** esse princípio está relacionado à importância de manter você constantemente informado sobre as possíveis ferramentas disponíveis no sistema para seu uso, fornecendo orientações diretas sobre os procedimentos a serem seguidos em cada situação. Assim, esse princípio não se restringe apenas ao *design* da interface do *website*, mas envolve questões mais amplas de comunicação e transparência da mensagem.
- **Princípio 2 – Equivalência entre os sistemas e o mundo real:** o sistema deve utilizar conceitos já conhecidos por você, seguindo os termos que são de conhecimento comum para o maior número de pessoas, ou seja, de acordo com as convenções sociais.

Nesse sentido, para garantir uma experiência que atenda às necessidades do usuário, é crucial atentarmos à escrita do texto, a quem o lerá, à compreensibilidade e organização do conteúdo, à utilização de termos e expressões de fácil compreensão. Isso é especialmente importante para informações complexas ou técnicas, que podem ser difíceis de entender para pessoas que não estão familiarizadas com o assunto.

Além disso, é fundamental que o *site* apresente um bom *layout*, com imagens com descrição e com alta qualidade de resolução, nitidez, cores contrastantes, além de disponibilizar ativos digitais em outros formatos de mídia, como vídeos com legenda, áudios com qualidade de resolução e extensão de fácil acesso e decodificação.

Assim, você pode perceber que um *site* da *web* pode até ser acessado por qualquer pessoa com uma conexão à internet. Entretanto, acessar

a página não garante que aquele conteúdo está de fato sendo absorvido e manipulado conforme a necessidade e o desejo da pessoa, o que é um direito mínimo como usuário de um produto.

Logo, devemos nos atentar primeiramente à forma em que estamos transmitindo as informações, se estamos usando termos complexos que não atingem o vocabulário cotidiano, por exemplo.

No Capítulo 4 deste *e-book*, por exemplo, você pôde perceber alguns termos utilizados no status das ações extensionistas. Na prática, institucionalmente, você saberia dizer o que significam as expressões “Em esclarecimento” e “Em tramitação”? Como não circulam no vocabulário comum, esses termos técnicos podem gerar dúvidas e barreiras, principalmente na busca e exploração do ambiente virtual por parte dos estudantes ingressantes na universidade.

Esse é apenas um exemplo para frisar que esse tipo de cuidado é imprescindível em todo tipo de comunicação, seja ela verbal ou escrita, pois, apesar de existirem normas de acessibilidade ou recursos de tecnologia assistiva, são atitudes primordiais as quais podem melhorar as informações que, usualmente, não se apresentam de maneira acessível.

Para te ajudar a compreender, avaliar e validar a acessibilidade dos sites, indicamos ferramentas que validam os códigos *HyperText Markup Language* (HTML) (tradução: Linguagem de Marcação de Hipertexto) e *Cascading Style Sheets* (CSS) (tradução: Folha de estilo em cascata) do ambiente virtual:

- *WAVE Web Accessibility Evaluation Tool* (em inglês – [link externo](#));
- *The W3C Markup Validation Service* (em inglês – [link externo](#));
- *The W3C CSS Validation Service* (em inglês – [link externo](#)).

Trouxemos ainda, para você, alguns exemplos de recursos tecnológicos que auxiliam na garantia da acessibilidade comunicacional e informacional nas informações disponibilizadas em ambientes digitais:

- a) teclados virtuais para pessoas com deficiência motora ou dificuldade de coordenação motora;
- b) sintetizadores de voz para pessoas com dificuldades na fala;
- c) leitores de tela para deficientes visuais – Virtual Vision, JAWS e Dosvox;
- d) filmes, vídeos e demais dispositivos de mídia legendados e com janelas de Libras para pessoas com deficiência auditiva.

Em relação a estes dois últimos, disponibilizamos a você um curso de treinamento sobre letramento digital, leitores de tela e janela de Libras ([link externo](#)).

Lembremos que estas são apenas algumas indicações de recursos que podem auxiliar na transmissão da mensagem para pessoas com deficiência. Ressalta-se a importância de considerarmos as necessidades específicas de cada pessoa e qual meio trará mais benefícios para efetivar o acesso a determinados conhecimentos.

Em síntese, é fundamental que qualquer pessoa consiga, de forma autônoma e conforme seu desejo, acessar e utilizar todos os elementos que constituem o ambiente virtual, valendo-se ou não de ferramentas específicas (a depender de cada caso). Ainda, é essencial que compreenda as informações disponíveis, por meio de uma linguagem acessível que fundamenta a apropriação da informação e comunicação.

Como diz Ebersold (2021), cada indivíduo é único e carrega uma bagagem sócio-histórica-cultural. Não almejamos uma acessibilidade tida por alguns como boa ou ruim, mas uma acessibilidade que envolva e faça sentido a todos os cidadãos.

Em resumo, é fundamental que as atividades e programas de extensão sejam planejados com uma abordagem inclusiva e acessível, pensando primeiramente em formas de difusão do conhecimento acerca da extensão, não apenas às pessoas com deficiência, mas englobando a diversidade humana, ao garantir a equiparação de oportunidades também na participação, com foco no desenvolvimento integral comunidade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa passagem pela Educação Superior pode ir muito além de uma formação tradicional, que foca apenas nos conteúdos curriculares.

Com este e-book pudemos ter uma visão do que a nossa universidade está produzindo em matéria de acessibilidade, a partir dos critérios que estabelecemos para apresentar a você. Ao reunirmos e analisarmos informações sobre a prática extensionista na universidade, podemos identificar pontos positivos e áreas que precisam ser aprimoradas.

Por conseguinte, esperamos que os servidores e estudantes de nossa instituição cooperem no sentido de fortalecer a execução de planejamentos com objetivos eficazes e que façam sentido tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade em geral.

Que tal aderirmos essas experiências à nossa formação acadêmica, de acordo com a realidade social da nossa comunidade, por meio dos programas e das atividades de extensão?

Ao nos envolvermos nessas ações extensionistas, não apenas expandiremos nosso conhecimento, mas também teremos a possibilidade de fazer parte da tessitura de ambientes mais acessíveis, com o objetivo de tornar real um desenvolvimento sustentável, equitativo e justo, permitindo que cada pessoa em sua individualidade alcance seu potencial máximo.

Convidamos você a participar ativamente desse processo de transformação a partir da prática na extensão, como parte essencial na formação acadêmica, pessoal e enquanto cidadãos.

Podemos fazer diferença muito além da obtenção do diploma, mas melhorando a qualidade de vida e o nosso bem-estar e de outras pessoas. Então, vamos explorar essas possibilidades juntos!



## REFERÊNCIAS

- AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada. In: FÁVERO, Osmar et al. (org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: Unesco, 2009. p. 11-24.
- BOTOMÉ, Sílvio P. Sobre a noção de comportamento. In: FEITES, Heloísa P. de M.; ZILLES, Urbano. **Filosofia: diálogo de horizontes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 685-708.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 14 ago. 2023.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Acesso à informação pública: uma introdução à lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF: CGU, 2011a.
- BRASIL. Decreto Federal nº 7611, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 12, 18 nov. 2011b.
- BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 16 maio 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/Seesp, 2008.
- CABRAL, Leonardo S. A. Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Revista de Educação Puc-Campinas**, v. 22, n. 3, p. 371-387, 2017. Disponível em: <https://seer.sis.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3826>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- CABRAL, Leonardo S. A. Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 57, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/3364/2062/15035>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- CABRAL, Leonardo S. A.; MENDES, Enicéia G.; EBERSOLD, Serge. Reconfiguração do fazer coletivo e as funções da acessibilidade na Educação Superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 978-999, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/69997>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- CANEVARO, Andrea; D'ALONZO, Luigi; IANES, Dario. **L'integrazione scolastica di alunni con disabilità dal 1977 al 2007: Risultati di una ricerca attraverso lo sguardo delle persone con disabilità e delle loro famiglie**. Bolzano: Bolzano University Press, 2009.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- D'AFFONSECA, Sabrina M.; CABRAL, Leonardo S. A.; PAES, Deisiana C. Prevenção da violência contra pessoas com deficiência. In: CONTINI, Alaerte A. M.; CARNEIRO FILHO, Camilo P.; PREUS-SLER, Gustavo de S. (ed.). **Fronteiras e direitos humanos em perspectiva**. Curitiba: Íthala, 2019. p. 41-55
- DEUS, Sandra de F. B. de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: Editora PRE-UFSM, 2020. 95 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/216079>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- DHANDA, A. **Construindo um novo léxico dos direitos humanos: convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências**. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 5, n. 8, jun. 2008
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

EBERSOLD, Serge. Capacitismo e a Gramática da Acessibilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2021, São Carlos. Apresentação on-line. São Carlos: PPGEE/ABPEE, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=x9MJQH5MPNQ&list=PLG1OMII3uAdKx0JgRVnz6Gkw5XEi\\_IKuj&index=3](https://www.youtube.com/watch?v=x9MJQH5MPNQ&list=PLG1OMII3uAdKx0JgRVnz6Gkw5XEi_IKuj&index=3). Acesso em: 16 ago. 2023.

EBERSOLD, Serge. The Grammar of Accessibility. In: EBERSOLD, Serge (ed.). **Accessibility or Reinventing Education**. Hoboken: Wiley, 2021. p. 195-218. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781119817956>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. 66 p. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.

GOERGEN, Pedro. Educação instrumental e formação cidadã: observações críticas sobre a pertinência social da universidade. **Educar em Revista**, n. 37, p. 59-76, 2010.

GURGEL, Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INFOSERV. **Micromedia Fireworks** – Manual do usuário. Infoserv Treinamento, 2006.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LEITE, Lúcia P.; CABRAL, Leonardo S. A.; LACERDA, Cristina B. F. de. Concepções sobre deficiência em instituições públicas e privadas da Educação Superior. **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, v. 31, n. 118, e0233127, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003127>. Acesso em: 14 ago. 2023.

LEITE, Lúcia P.; LACERDA, Cristina B. F. de. The construction of a scale on the conceptions of disability: methodological procedures. **Psicologia USP**, v. 29, n. 3, p. 432-441, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-65642018109>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: Ótica da diferença e ações afirmativas**. São Paulo: Saraiva, 2016.

MENDES, Enicéia G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Antioquia, v. 22, p. 93-110, 2010. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/download/9842/9041/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MOITA, Filomena M. G. da S. C.; ANDRADE, Fernando C. B. de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200006>. Acesso em: 16 ago. 2023.

NIELSEN, Jakob. Usability inspection methods. In: CONFERENCE COMPANION ON HUMAN FACTOR IN COMPUTING SYSTEMS (CHI '94), Nova York, 1994.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PROEXWEB. Plataforma de gestão das atividades de extensão realizadas pela UFScar. Pró-Reitoria de Extensão (ProEx). 2023. Disponível em: <https://www.proexweb.ufscar.br/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade.  **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Wederson R. dos. Assistência social e deficiência no Brasil: o reflexo do debate internacional dos direitos das pessoas com deficiência. **Serviço Social em Revista**, v. 13, n. 1, p. 80-101, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10440>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TORRES, Josiane P.; CRUZ, Lilian P. da; CABRAL, Leonardo S. A. Concepções sobre Deficiência Importam? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, e0200, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0200>. Acesso em: 14 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022)**. São Carlos, mar. 2018.

W3C BRASIL. **Cartilha de acessibilidade na web**: fascículo I: introdução. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.